

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2009
(Da Senhora Vanessa Grazziotin)

Solicita ao Senhor Ministro do Desenvolvimento Agrário informações sobre grilagem no município de Lábrea (AM).

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e no art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito de V. Exa. que seja encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário o que segue:

Segundo notícia veiculadas nos principais jornais do país, terras do município de Lábrea (AM) estão sendo oferecidas pela internet no site MF Rural. São fazendas gigantes na Amazônia anunciadas no site, quase sete vezes o tamanho da cidade de São Paulo, porém os anúncios ocultam terras públicas ocupadas ilegalmente.

Os imóveis oferecidos na internet não constam do cadastro oficial de propriedades privadas. No mais recente recadastramento de terras no município, apenas 74 proprietários rurais se apresentaram com os documentos. Mais de 200 imóveis tiveram o cadastro suspenso no ano passado.

O sul do município enfrenta forte pressão e é uma região fora de controle, pois existe indefinição sobre quem é realmente o dono da terra: se é da União ou de particular. O cartório de Lábrea é personagem importante na indústria da grilagem de terras. Registros de 5,5 milhões de hectares de terras dos livros do cartório foram anulados pela Justiça do Amazonas no início da década. A

dimensão da fraude equivale a mais de 80% do tamanho do município. Houve reclamação, e a disputa na Justiça perdura até os dias de hoje.

Tendo em vista que Procuradoria Federal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) solicitou a remoção dos anúncios, especialmente aqueles referentes ao município de Lábrea no Amazonas, sob pena de multa diária de R\$ 100 mil para cada anúncio irregular veiculado. E, que Coordenação-Geral de Assistência Jurídica à Regularização Fundiária da Procuradoria Federal Especializada do Incra (CGF - PFE/Incra) já acionou o autor dos anúncios como réu na ação, solicitamos as seguintes informações:

- Lista de sites que oferecem terras públicas na Amazônia; e
- Quais às pessoas diretamente envolvidas com a venda ilegal de terras?

Sala das Sessões, 10 de novembro de 2009

**Deputada Vanessa Grazziotin
PCdoB/AM**

